



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 2133992 - SP (2023/0388472-7)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

REQUERENTE : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA-CADE

REQUERIDO : SUCOCITRICO CUTRALE LTDA

ADVOGADOS : NELSON NERY JUNIOR - SP051737  
ANA LUIZA BARRETO DE ANDRADE FERNANDES NERY - SP257238  
MARIA CAROLINA NERY - SP376479

REQUERIDO : EGYDIO BOSCHETI NETO

ADVOGADOS : EDUARDO LYCURGO LEITE - DF012307  
RAFAEL LYCURGO LEITE - DF016372  
MARCOS ANTÔNIO LOPES - SP161700  
REGINALDO SHIGUEMITSU NAKAO - SP166678

TERC INTER : ASSOCIACAO DOS FORNECEDORES DE CANA DA REGIAO DE  
BEBEDOURO - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADOS : MANUELLA BONAVIDES AMARAL - DF056595  
MARIA LUIZA DE ARAÚJO VALENÇA - DF070790  
LUZIANA DO VALE CAMPOS SOARES DA FONSECA - DF070546  
GABRIEL CAMPOS SOARES DA FONSECA - DF064454

TERC INTER : SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - "AMICUS CURIAE"

ADVOGADOS : RAFAEL ZABAGLIA - SP241827  
RENATO DIN OIKAWA - SP257123  
ANGELA BEATRIZ PAES DE BARROS DI FRANCO - SP088601  
MARCELA ASSEF - SP490173

### DECISÃO

Examina-se petição de fls. 1774-1799 (e-STJ), por meio da qual o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE requer sua participação como *amicus curiae*.

Com efeito, o art. 138 do CPC estabelece que o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das

partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada.

Nada obstante, verifica-se que o requerimento veio a **destempo**. Isto é, nos termos da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, "*o requerimento de ingresso como amicus curiae deve ser apresentado até o momento em que o processo é incluído em pauta*" (STF, Pleno, AO 1.789-ED-Segundos, j. 20/9/2021, DJe 04/10/2021).

No mesmo sentido é o entendimento dominante na Corte Superior, retratado nos seguintes julgados: Questão de Ordem no REsp n. 1.152.218/RS, Corte Especial, julgado em 7/5/2014, DJe de 9/10/2014; REsp n. 1.830.327/SC, Primeira Seção, julgado em 8/6/2022, DJe de 15/6/2022; e Questão de Ordem no REsp n. 1.207.071/RJ, Segunda Seção, julgado em 27/6/2012, DJe de 8/8/2012.

Forte nessas razões, INDEFIRO o pedido formulado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2025.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora